IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

RELATÓRIO E CONTAS 2022

NORTE2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

IFRRU2020 instrumento financeiro reabilitação e revitalização urbanas

BPI

Fundação "la Caixa"

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. nº 500 850 208

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

CONVOCATORIA

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º do Compromisso, convoco todos os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia, no gozo dos seus direitos, a tomarem parte na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **25 de março de 2023 (sábado),** pelas **16.45 horas,** no Salão Nobre desta Instituição, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 *- Apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2022, e do Parecer do Definitório;*
Ponto 2 *- Meia hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a Santa Casa da Misericórdia, de acordo com o nº 3 do artigo 22 do Compromisso.*

Se á hora marcada não se encontrar presente a maioria dos Irmãos inscritos, esta funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Compromisso, com a mesma ordem de trabalhos.

Póvoa de Varzim, 01 de março de 2023
O Presidente da Assembleia Geral

Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira, Prof. Dr.

Balanço em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
ATIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE		**14.256.018.39**	**13.890.230.99**
Ativos fixos tangíveis	5	9.974.468.90	9.532.115.52
Propriedades de Investimento	5	4.215.287.53	4.287.579.73
Bens do Património histórico e cultural	5	15.116.70	15.026.70
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos Financeiros	12.1	51.145.26	55.509.04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0.00	0.00
Outros créditos e ativos não correntes		0.00	0.00
ACTIVO CORRENTE		**883.617.48**	**893.864.56**
Inventários	7	69.197.95	48.016.85
Créditos a receber	12.2	632.955.24	557.298.67
Estado e outros entes públicos	12.8	23.758.10	69.958.40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0.00	0.00
Diferimentos	12.4	33.140.06	25.516.19
Outros ativos correntes	12.3	47.899.39	53.052.55
Caixa e depósitos bancários	12.5	76.666.74	140.021.90
TOTAL DO ATIVO		**15.139.635.87**	**14.784.095.55**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	12.6	55.969.82	55.969.82
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados		3.189.598.05	3.443.569.08
Excedentes de revalorização		5.050.704.06	5.213.713.98
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2.867.224.62	2.905.382.08
Resultado líquido do período		**-294.093.58**	**-356.580.96**
TOTAL DOS PATRIMONIAIS		**10.869.402.97**	**11.262.054.00**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE		**1.762.069.59**	**1.420.355.71**
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos	6	1.762.069.59	1.420.355.71
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
PASSIVO CORRENTE		**2.508.163.31**	**2.101.685.84**
Fornecedores	12.7	344.096.62	319.564.55
Estado e outros entes públicos	12.8	179.441.77	156.171.46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0.00	0.00
Financiamentos obtidos	6	1.087.379.28	1.089.036.28
Diferimentos		0.00	0.00
Outros passivos correntes	12.9	897.245.64	536.913.55
TOTAL DO PASSIVO		**4.270.232.90**	**3.522.041.55**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		**15.139.635.87**	**14.784.095.55**

O Provedor
(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro
(Virgílio da Silva Fernandes)

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº52224
Cristina Pacheco

Demonstração de Resultados por Natureza em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GANHOS	NOTAS	2022	2021
Vendas e servicos prestados	8	5.106.485,25	4.592.250,47
ISS, IP – Centros Distritais		1.192.855,13	1.180.364,86
Outros		3.913.630,12	3.411.885,61
Subsídios, Doações e Legados à exploração	9	249.982,31	184.350,25
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-921.386,01	-873.500,91
Fornecimentos e servicos externos	12.10	-975.940,27	-777.925,53
Gastos com pessoal	10	-3.806.365,06	-3.618.814,05
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.11	399.741,19	420.961,86
Outros gastos	12.12	-71.871,27	-32.836,13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		**-19.353,86**	**-105.514,04**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-251.967,90	-232.479,90
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-271.321,76**	**-337.993,94**
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	1.554,02	3.552,61
Juros e gastos similares suportados		-24.325,84	-22.139,63
Resultado antes de impostos		**-294.093,58**	**-356.580,96**
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido previsional do período		**-294.093,58**	**-356.580,96**

O Provedor
(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro
(Virgílio da Silva Fernandes)

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº52224

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		5.056.437,87	4.308.525,07
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-1.522.418,34	-1.424.509,32
Pagamentos a pessoal		-3.990.597,31	-3.563.208,29
Caixa gerada pelas operações		-456.577,78	-679.192,54
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		419.271,01	317.982,25
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**-37.306,77**	**-361.210,29**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-369.457,91	-1.006.250,95
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		44.940,38	575.649,68
Juros e rendimentos similares		1.554,02	3.552,61
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-322.963,51**	**-427.048,66**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		340.090,21	815.244,50
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-43.175,09	-22.139,63
Dividendos			
Redução do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**296.915,12**	**793.104,87**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**-63.355,16**	**4.845,92**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**140.021,90**	**135.175,98**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	**76.666,74**	**140.021,90**

O Provedor
(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro
(Virgílio da Silva Fernandes)

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº52224
Cristina Pacheco

Anexo

1. Identificação da Instituição

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, instituída no ano 1756, é uma associação de fiéis, reconhecida na ordem jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, traduzindo-se na prestação tripartida social/saúde/culto católico, com solidariedade a todos os que precisam.

É uma instituição particular de solidariedade social que se encontra registada na Direção Geral da Solidariedade Social, sob o nº43/85, a fls 24 verso, em 25/07/86, tendo adquirido a natureza de pessoa coletiva de utilidade pública.

Tem a sua sede no Largo da Misericórdia, s/n, 4490-421 Póvoa de Varzim.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Instituições do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Instituições do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1.Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), aprovadas pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de Março.

3.1.1.Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no

futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços à capacidade e de cumprir os seus fins.

3.1.2.Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *"Devedores e credores por acréscimos"* e *"Diferimentos"*.

3.1.3.Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os irmãos e outras entidades.

3.1.4.Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos Irmãos com base nas demonstrações financeiras. Os itens que não são materialmente relevantes, para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5.Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6.Informação Comparativa

As Demonstrações Financeiras permitem a comparação de todas as quantias com respeito ao período anterior.

3.2.Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1.Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os *"Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis"* encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de reavaliação do mesmo ativo. Quando o ativo reavaliado è desreconhecido, o excedente de reavaliação é transferido para resultados transitados.

No fim do período de 2013, a Instituição procedeu à reavaliação do todo o seu ativo fixo, e fim do período de 2021 reavaliou os imóveis localizados no Porto - Rua Costa Cabral (U28 e U29) e Rua da Constituição (U643).

O método de reavaliação adotado foi o modelo de revalorização.

Terrenos e Edificios	Valor Reav. 2013	Valor 2021	Observações
Bouça das Coutadas - Burgães Sto Tirso (R2818)	28.000,00	28.000,00	
Bouça das Velas - Terroso (R1609)	9.000,00	9.000,00	
Bouça das Velas - Terroso (R1624)	12.400,00	12.400,00	
Bouça das Velas - Terroso (R3590)	10.200,00	10.200,00	
Campo do Eirado - Amorim (R3128)	30.100,00	30.100,00	
Cortinha da Eira Velha - Laúndos (R814)	33.600,00	33.600,00	
Bouça das Leiras - Burgães - Sto Tirso (R2732)	16.500,00	16.500,00	
Bouça do Limarinho - Burgães - Sto Tirso (R2736)	13.500,00		vendido
Bloco Residencial - R. Leonardo Coimbra (U6654)	594.900,00	594.900,00	
Moradia R. Dr. Leonardo Coimbra (U5192)	102.600,00	102.600,00	
Moradia R. Bonitos Amorim (U5744)	106.900,00	106.900,00	
Moradia R. Patrão Lagoa (U4942)	108.800,00	108.800,00	
Establecimento R. Manuel Silva (U3545)	40.700,00	40.700,00	
Casa 1 - R. Manuel Silva (U5988)	7.100,00	7.100,00	
Casa 3 - R. Manuel Silva (U5990)	7.100,00	7.100,00	
Casa 4 - R. Manuel Silva (U5992)	7.100,00	7.100,00	

Terrenos e Edificios	Valor Reav. 2013	Valor 2021	Observações
Casa 5 - R. Manuel Silva (U5994)	7.100,00	7.100,00	
Casa 6 - R. Manuel Silva (U5996)	7.100,00	7.100,00	
Moradia Rua Costa Cabral (U28) *(co-prop. SCMPorto)*	14.080,00	**35.550,00**	Reav. 2021
Moradia Rua Costa Cabral (U29) *(co-prop. SCMPorto)*	15.345,00	**56.175,00**	Reav. 2021
Moradia Rua Constituição (U643) *(co-prop. SCMPorto)*	18.435,00	**34.725,00**	Reav. 2021
Prédio Rua Serpa Pinto (U8043)	130.000,00	130.000,00	
Moradia Rua da Estação - Mindelo VC (U593)	126.000,00		vendido
Moradia Rua Cor. Mac. Pinto - Mafamude VNG (U5815)	31.000,00		vendido
Vários Edificios Centrais da Misericórdia - Lar Idosos, Grandes Dependentes, Pensionato, Centro Dia, Fisioterapia, UUCI LD, UCCI MD, Museu, Provedoria, Ser. Administrativos, Garagens, Lavandaria, Armazém, Portarias, Parque Estacionamento	5.974.500,00	5.974.500,00	
Igreja da Misericórdia (U3375)	1.092.000,00	1.092.000,00	
Edificio Hospital (U3377)	3.410.100,00	3.410.100,00	
Casa Rua da Igreja (U7443)		29.300,00	Doação 2016
Loja 57 Centro Comercial Premar (U59-AA)		9.990,00	Doação 2017
Casa R. José Régio (U5594)		180.000,00	Aquisição 2015

Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

Em conformidade com as políticas contabilísticas aplicadas ás ESNL, os bens do património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com a manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método da linha reta e tendo em conta, caso a caso, a sua vida útil estimada, utilizando-se também para o efeito e como auxiliar as taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar n.º25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2012, por se considerar que representam satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se quando o ativo esteja disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condições necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.

Os terrenos não são depreciáveis.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate, são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos” ou “Outros Gastos”.

As *“Propriedades de Investimento”* estão registadas inicialmente ao custo de aquisição e subsequentemente é utilizado o método da revalorização dos mesmos. Incluem terrenos e edifícios

detidos para obter rendimento e/ou valorização de capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração de Resultados.

3.2.2.Inventários

Os *"Inventários"* estão registados ao custo médio ponderado.

3.2.3.Instrumentos Financeiros

Clientes e outras contas a Receber

Os *"Clientes"* e as *"Outras contas a receber"* encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As *"Perdas por Imparidade"* são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica *"Caixa e depósitos bancários"* incluí o montante disponível em 31/12/2022, em caixa e depósitos bancários à ordem que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores, Empréstimos e outras contas a pagar

As dívidas registadas em *"Fornecedores", "Empréstimos"* e *"Outras contas a pagar"* são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4.Fundos Patrimoniais

A rubrica *"Fundos Patrimoniais"* é constituída pelos Fundos, Reservas, Outras Variações nos Fundos Patrimoniais (subsídios) e Resultados Transitados.

3.2.5.Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados, e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do

qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

3.2.6.Financiamentos Obtidos

O Financiamento do Estado encontra-se registado no passivo, pelo valor obtido e dividido em corrente e não corrente.

3.2.7.Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à Segurança Social, as retenções na fonte de IRS e o IVA a entregar ao Estado em 2023, e os pedidos de reembolso do IVA a receber em 2023.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Contudo, tal como nos períodos anteriores, em 2022 foram reconhecidas na contabilidade, como prestação de serviços, as comparticipações protocoladas com a segurança social por serem contrapartidas dos serviços efetivamente prestados por cada resposta social em função do número de utentes comunicado cada mês à segurança social. O valor recebido é comunicado mensalmente à autoridade tributária, juntamente com os valores dos serviços de cuidados continuados e dos restantes serviços.

Foram registadas correções relativas a depreciações e amortizações de equipamento básico não reconhecidas em períodos anteriores, de restituição de 50% IVA de serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação de imóveis e Fundo de Compensação de Trabalho contabilizados como rendimentos em anos anteriores.

Correções efetuadas	Reconhecimento nos Resultados Transitados
Reconhecimento depreciações, de anos anteriores, de equipamento básico, não depreciado à data.	-3.159,96
Restituição 50% IVA de serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação de imóveis, de anos anteriores, contabilizados como rendimentos.	-47.250,02
Resgate de Fundo de Compensação de Trabalho, de anos anteriores, contabilizados como juros.	-9.990,01

Em resultado das correções efetuadas, foi refletido uma diminuição de 60.399,99€ no resultado transitados como identificado no ponto 12.6 do presente documento.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e transferências, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ano 2022						
Propriedades de investimento	**Saldo em 01-Jan-2022**	**Aquisições**	**Alienações**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo em 31-Dez-2022**
Terrenos e recursos naturais	1.311.112,50					1.311.112,50
Edifícios e outras construções	3.545.600,88					3.545.600,88
Total	**4.856.713,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.856.713,38**
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções	569.133,65	72.292,20				641.425,85
Total	**569.133,65**	**72.292,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**641.425,85**
						4.215.287,53
Bens do patrmónio histórico e cultural	**Saldo em 01-Jan-2022**	**Aquisições**	**Alienações**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo em 31-Dez-2022**
Obras de arte	15.026,70	90,00				15.116,70
Total	**15.026,70**	**90,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.116,70**
Ativo Fixo Tangível	**Saldo em 01-Jan-2022**	**Aquisições**	**Alienações**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo em 31-Dez-2022**
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.655.775,00					1.655.775,00
Edifícios e outras construções	6.657.174,65	132.520,00				6.789.694,65
Equipamento básico	2.237.987,69	12.526,62				2.250.514,31
Equipamento de transporte	385.522,99					385.522,99
Equipamento administrativo	329.501,58	20.236,97				349.738,55
Outros Ativos fixos tangíveis	291.847,90	3.241,50	-49,99			295.039,41
Imobilizações em curso	1.832.735,93	456.679,10				2.289.415,03
Total	**13.390.545,74**	**625.204,19**	**-49,99**	**0,00**	**0,00**	**14.015.699,94**
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	28.116,00	3.408,00				31.524,00

Edifícios e outras construções	902.007,91	139.677,82				1.041.685,73
Equipamento básico	1.979.011,97	19.446,49		8.644,01		2.007.102,47
Equipamento de transporte	352.905,48	10.567,71		795,69		364.268,88
Equipamento administrativo	310.718,37	5.471,22		-5.632,37		310.557,22
Outros Ativos fixos tangíveis	285.670,49	1.104,46	-34,84	-647,37		286.092,74
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Total	**3.858.430,22**	**179.675,70**	**-34,84**	**3.159,96**	**0,00**	**4.041.231,04**
						9.974.468,90

Ano 2021						
Propriedades de investimento	**Saldo em 01-Jan-2021**	**Aquisições**	**Alienações**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo em 31-Dez-2021**
Terrenos e recursos naturais	139.800,00		0,00	1.151.665,00	19.647,50	1.311.112,50
Edifícios e outras construções	1.017.050,00		-31.000,00	2.500.608,38	58.942,50	3.545.600,88
Total	**1.156.850,00**	**0,00**	**-31.000,00**	**3.652.273,38**	**78.590,00**	**4.856.713,38**
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções	0,00	569.133,65				569.133,65
Total	**0,00**	**569.133,65**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**569.133,65**
						4.287.579,73
Bens do patrmónio histórico e cultural	**Saldo em 01-Jan-2021**	**Aquisições**	**Alienações**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo em 31-Dez-2021**
Obras de arte	15.026,70					15.026,70
Total	**15.026,70**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.026,70**
Ativo Fixo Tangível	**Saldo em 01-Jan-2021**	**Aquisições**	**Alienações**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo em 31-Dez-2021**
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00			1.655.775,00		1.655.775,00
Edifícios e outras construções	11.886.300,02	79.167,23		-5.308.292,60		6.657.174,65
Equipamento básico	2.220.052,77	17.770,98	-80,28	244,22		2.237.987,69
Equipamento de transporte	378.890,49	6.632,50				385.522,99
Equipamento administrativo	327.951,11	1.806,32	-255,85			329.501,58
Outros Ativos fixos tangíveis	291.369,47	478,43				291.847,90
Imobilizações em curso	1.266.023,83	566.712,10				1.832.735,93
Total	**16.370.587,69**	**672.567,56**	**-336,13**	**-3.652.273,38**	**0,00**	**13.390.545,74**
Amortizações acumuladas						

Terrenos e recursos naturais	0,00			28.116,00		28.116,00
Edifícios e outras construções	1.145.913,26	179.480,95		-423.386,30		902.007,91
Equipamento básico	1.962.252,83	16.759,14				1.979.011,97
Equipamento de transporte	339.555,66	13.349,82				352.905,48
Equipamento administrativo	307.080,58	3.637,79				310.718,37
Outros Ativos fixos tangíveis	284.589,81	1.080,68				285.670,49
Imobilizações em curso	0,00	0,00				0,00
Total	**3.682.876,94**	**214.308,38**	**0,00**	**-395.270,30**	**0,00**	**3.858.430,22**
						9.532.115,32

6. Custo de Empréstimos Obtidos

A Instituição detém empréstimos obtidos junto de vários bancos, conforme mapa abaixo:

Prazos	2022	2021
Corrente	1.087.379,28	1.089.036,28
Não Corrente	1.762.069,59	1.420.355,71
Total	**2.849.448,87**	**2.509.391,99**

O custo dos empréstimos obtidos é reconhecido como um gasto, à medida que são incorridos, conforme mapa abaixo.

Descrição	2022	2021
Juros de financiamentos obtidos	24.325,84	22.139,63
Total	**24.325,84**	**22.139,63**

Os encargos financeiros de *"Empréstimos obtidos"* relacionados com as empreitadas Alteração e Ampliação da ERPI, Requalificação da ERPI – Pensionato e Requalificação Energética são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo, totalizando a 31 de dezembro o valor de 18.849,25€.

A capitalização destes encargos foi iniciada quando começou a ocorrer dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso, estejam concluídas.

A Instituição não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica *"Inventários"* utiliza o sistema de inventário permanente mensurado ao custo médio ponderado.

As restantes divulgações relacionadas com inventários encontram-se patentes no seguinte quadro:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras 2021	Reclassificações e regularizações 2021	Inventário em 31-Dez-2021	Compras 2022	Reclassificações e regularizações 2022	Inventário em 31-Dez-2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	57.439,04	862.790,04	1.288,68	48.016,85	938.750,63	3.816,48	69.197,95
Total	**57.439,04**	**862.790,04**	**1.288,68**	**48.016,85**	**938.750,63**	**3.816,48**	**69.197,95**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				873.500,91			921.386,01

8. Rédito

O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços líquidos de imposto sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito reconhecido em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Prestação de serviços		
Respostas sociais	1.313.564,59	1.145.546,50
Protocolos de cooperação p/ prestação de serviços	1.192.855,13	1.180.364,86
Respostas saúde	2.493.205,99	2.176.053,40
Joias	2.557,00	4.720,00
Reembolso material incontinência	71.872,14	58.326,65
Bar e comissões máquina café	28.163,35	24.628,91
Senhas refeição	1.055,00	832,50
Receitas parque estacionamento	0,00	365,85
Receitas culto	3.212,05	1.411,80
Total	**5.106.485,25**	**4.592.250,47**

9. Subsídios do Governo e outras entidades

As divulgações exigidas para este item encontram-se em mapa próprio de controlo de subsídios para investimentos.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis, são apresentados no balanço como componente dos Fundos Patrimoniais e imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações e amortizações efetuadas em cada período.

Os subsídios relacionados com rendimentos concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exercícios futuros.

A natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se

refletidas no seguinte quadro:

Ano 2022				
Natureza	**Balanço**		**Demonstração de Resultados**	
	Conta	**Valor**	**Conta**	**Valor**
Subsídios à Exploração				
Instituto de Segurança Social, IP – apoio extraordinário p/ combate à inflação ano 2022	-	-	751	29.815,77
Instituto de Emprego e Formação Profissional	-	-	751	41.648,55
IAPMEI - Apoio ao aumento da RMMG	-	-	751	8.120,00
Instituto de Turismo	-	-	751	42.114,76
Apoios COVID-19: - Instituto de Segurança Social, IP - Apoio à família	-	-	751	1268,69
Donativos	-	-	753	127.014,54
Sub-total dos subsídios à exploração				**249.982,31**
Subsídios ao Investimento				
Instituto de Segurança Social, IP	593	310.237,55	7883	9.595,56
PIDDAC	593	7.656,04	7883	207,36
Fundo Socorro Social	593	69.426,62	7883	20.422,68
Saúde XXI	593	205.705,19	7883	7.747,08
PRR Mobilidade Verde Social	593	35.000,00	7883	0,00
PEDU - PROC. NORTE-05-4943-FEDER-000085	593	585.590,06	7883	0,00
Outras entidades	593	1.241.337,68	7883	45.125,16
Sub-total dos subsídios ao investimento		**2.454.953,14**		**83.097,84**
Total		**2.454.953,14**		**333.080,15**

Ano 2021				
Natureza	**Balanço**		**Demonstração de Resultados**	
	Conta	**Valor**	**Conta**	**Valor**
Subsídios à Exploração				
Instituto de Emprego e Formação Profissional	-	-	751	66.683,61
Instituto de Turismo	-	-	751	41.429,05
Apoios COVID-19: - Instituto de Segurança Social, IP - Apoio à família	-	-	751	8.668,80
Fundação La Caixa				7.050,00
Donativos				(a) 60.518,79
Sub-total dos subsídios à exploração				**184.350,25**
Subsídios ao Investimento				
Instituto de Segurança Social, IP	593	319.833,11	7883	9.595,56
PIDDAC	593	7.863,40	7883	207,36
Fundo Socorro Social	593	89.849,30	7883	20.422,68
Saúde XXI	593	213.452,27	7883	7.747,08
PEDU - PROC. NORTE-05-4943-FEDER-000085	593	575.649,68	7883	0,00
Outras entidades	593	1.286.462,84	7883	45.125,16
Sub-total dos subsídios ao investimento		**2.493.110,60**		**83.097,84**
Total		**2.493.110,60**		**333.080,15**

(a) Valor re-expresso para efeitos de comparação de (n) e (n-1)

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, no período de 2022, foi de “21” e não auferem qualquer tipo de remuneração pelas funções que exercem, assim como não lhes foi concedido qualquer adiantamento ou crédito.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 2022 e 2021 foi de “250” e “257”, respetivamente, apenas pessoal com vínculo contratual e programas do instituto de emprego e formação profissional.

Efetuou-se em 2022 o acréscimo de remunerações, nomeadamente das férias, subsidio de férias e encargos do exercício a pagar em 2023.

Nos encargos sobre remunerações nem todos os trabalhadores têm a mesma Taxa Única Social, para a grande maioria é aplicada a taxa de 22,3%, um a 16,4%, uma a 19,3% e a outros é aplicada a taxa de 19,7% e 11,9%.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2.965.379,55	2.823.881,18
Indemnizações	20.308,73	0,00
Encargos sobre remunerações	648.201,03	613.569,74
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	64.786,71	66.271,38
Outros gastos com o pessoal	107.689,04	115.091,75
Total	**3.806.365,06**	**3.618.814,05**

Pessoas ao serviços e horas trabalhadas - 2022		
Descrição	**Número médio de pessoas**	**Número de horas trabalhadas**
Pessoas ao serviço da Instituição, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da Instituição	250	442.900
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da Instituição	13	3.500
Pessoas ao serviço da Instituição, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da Instituição a TEMPO COMPLETO	243	430.576
Pessoas ao serviço da Instituição a TEMPO PARCIAL	7	12.403
Pessoas ao serviço da Instituição, por sexo:		
Homens	31	54.929
Mulheres	219	388.050
Pessoas ao serviço da Instituição, das quais:		
Pessoas ao serviço da Instituição	250	442.980
Prestadores de serviço	17	14.550
Pessoas colocadas através de programas do IEFP	6	12.480
Total	**273**	**451.922**

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Informa-se que relativamente a ónus sobre os bens do ativo fixo da Instituição, existe uma garantia sob a forma de hipoteca do edifício Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, em prol das obras de Alteração e Ampliação da ERPI, Requalificação da ERPI – Pensionato e Requalificação Energética, dada à instituição financeira que concedeu o financiamento IFRRU (Banco Santander S.A). Não existem quaisquer ónus sobre os restantes bens do ativo fixo da entidade.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Investimentos financeiros

Não existem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor. De facto até existem, mas têm a ver com doações de ações que remontam a longos anos e também com as unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho em que não foi reconhecido o justo valor face à cotação em 31-12-2022.

No entanto, no quadro que se segue divulgamos o valor da cotação do Fundo de Compensação do Trabalho em 31-12-2022:

Descrição	Valor nominal	Quantidade	Cotação a 31-12-2022	Valor de mercado	Diferença entre o Valor de Mercado e o Custo de Aquisição
Ações	19.274,34	-	-	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	31.870,92	30.989,21455	1,08785	33.711,62	1.840,70
Total	**51.145,26**				

12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica *"Créditos a receber"* encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e utentes conta corrente		
Clientes gerais	529.772,47	481.986,93
Utentes conta corrente	67.657,15	40.216,71
Utentes cobrança duvidosa	35.525,62	35.095,03
Total	**632.955,24**	**557.298,67**

12.3 Outros ativos correntes

A rubrica *"Outros ativos correntes"* tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Rendas CCRD	9.740,68	14.005,52
Outras rendas	8.230,62	153,37
CDSSN	4.572,50	4.572,50
IEFP	20.985,41	20.985,41
Fundo maneio atribuídos	1.022,72	1.022,72
Outros devedores	3.347,46	12.313,03
Total	**47.899,39**	**53.052,55**

12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica *"Diferimentos"* englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	26.706,85	25.190,69
Contratos de software, serviços de manutenção	6.433,21	325,50
Total	**33.140,06**	**25.516,19**

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

Discrimina-se o seguinte quadro da rubrica *"Caixa e Depósitos Bancários",* em 31 de Dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
Caixa	4.777,14	1.835,76
Depósitos à ordem	71.889,60	138.186,14
Total	**76.666,74**	**140.021,90**

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos *"Fundos Patrimoniais"* ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Fundos	55.969,82			55.969,82
Resultados transitados	3.443.569,08	163.009,92	-416.980,95	3.189.598,05
Excedentes revalorização ativos financeiros	668.024,80		-16.020,00	652.004,80
Excedentes revalorização ativos fixos	4.545.689,18		-146.989,92	4.398.699,26
Outras variações nos fundos patrimoniais:	2.905.382,08	44.940,38	-83.097,84	2.867.224,62
- Subsídios	2.493.110,60	44.940,38	-83.097,84	2.454.953,14
- Doações	412.271,48			412.271,48
Sub-total	**11.618.634,96**	**207.950,30**	**-663.088,71**	**11.163.496,55**
Resultados líquidos do período	-356.580,96			-294.093,58
Total	**11.262.054,00**	**207.950,30**	**-663.088,71**	**10.869.402,97**

Das variações acima identificadas, foi reconhecido das consequentes alterações mencionadas na nota 4, o valor de 60.399,99 em resultados transitados.

12.7 Fornecedores

A rubrica de *"Fornecedores"* apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	344.096,62	319.564,55
Total	**344.096,62**	**319.564,55**

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de *"Estado e outros Entes Públicos"* apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
IVA suportado – valor do IVA a restituir à Instituição, de bens alimentares e imobilizado	23.758,10	69.892,86
IVA a recuperar	0,00	65,54
Total	**23.758,10**	**69.958,40**
Passivo		
IRS	32.941,18	30.468,51
IVA a pagar	15.537,65	0,00
FCT	0,00	606,65
Pagamento Segurança Social	130.962,94	125.096,30
Total	**179.441,77**	**156.171,46**

12.9 Outros passivos correntes

A rubrica *"Outras contas a pagar"* apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Estimativa de subsidio férias e férias 2023	451.608,96	441.550,56
Pessoal	81,26	6.656,79
Pagamentos ao tribunal	-0,01	465,45
Sindicatos	0,00	4,37
Adiantamentos de utentes	95.077,67	88.236,38
Fornecedores de investimentos	277.923,06	0,00
Segurança Social - Apoio extraordinário p/ combate à inflação ano 2023 e adiantamento 4,2% da comparticipação p/utente 2023	72.554,70	0,00
Total	**897.245,64**	**536.913,55**

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de *"Fornecimentos e serviços externos"* é detalhada conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	99.409,74	125.963,89
Publicidade e propaganda	9.253,98	6.051,60
Honorários	252.810,32	186.666,42
Conservação e reparações	0,00	64.682,02
Contratos de manutenção	27.620,02	0,00
Outros	8.468,72	10.105,39
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.649,91	6.302,71
Livros doc. Técnicos, material de escritório	135,35	10,59
Artigos para oferta	2.838,54	2.060,73
Outros	3.202,77	4.003,37
Energia e fluídos		
Eletricidade	76.825,99	102.277,56
Combustíveis	16.929,36	11.098,73
Água	43.217,49	38.512,90
Outros fluídos	235.646,20	111.048,94
Serviços diversos		
Deslocações, estadas e transportes	352,19	286,91
Limpeza, higiene e conforto	34.106,34	22.120,67
Seguros	32.403,49	27.356,21
Comunicações	15.449,39	14.489,16
Rendas e alugueres	1.151,28	287,82
Contencioso e notariado	0,00	1.376,95
Encargos c/ utentes	42.316,91	39.128,99
Despesas funerárias	6.254,86	3.250,96
Outros serviços	6.690,32	843,01
Total	**975.940,27**	**777.925,53**

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de *"Outros rendimentos e ganhos"* nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Donativos	-	(a)
Rendas	169.788,01	149.268,27
Alienação ativos fixos tangíveis	0,00	25.000,00
Subsídios p/ investimento	83.097,84	83.097,84
Subsídio alimentação em espécie	99.407,15	99.567,12
Consignação IRS/IVA	7.162,71	11.313,03
Reembolso 50% IVA bens alimentares	23.903,53	12.545,32
Correção de períodos anteriores	11.886,60	20.335,63
Outros não especificados	4.495,35	19.834,65
Total	**399.741,19**	**481.480,65**

(a) Valor re-expresso na conta subsídios, doações e legações à exploração para efeitos de comparação de (n) e (n-1)

12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de *"Outros gastos e perdas"* e nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Impostos/taxas	14.902,95	1.208,98
Apoio pecuniário a carenciados	337,00	50,00
Correções de períodos anteriores	49.652,59	22.612,81
Quotizações	3.453,00	3.538,00
Perdas de inventário	1.337,29	2.584,82
Outros não especificados	2.188,44	2.841,52
Total	**71.871,27**	**32.836,13**

12.13 Resultados Financeiros

Os juros e similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	24.325,84	22.139,63
Total	**24.325,84**	**22.139,63**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.554,02	3.552,61
Total	**1.554,02**	**3.552,61**
Resultados financeiros	**-22.771,82**	**-18.587,02**

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas em reunião da Mesa Administrativa a 8 de março de 2023.

É esperado que a Guerra na Ucrânia, continue a ter impactos significativos na envolvente económica no ano de 2023. No entanto, a Mesa Administrativa não antecipa impactos que possam afetar a continuidade das operações da Instituição.

VINGA
ALMEIDA
& ARAÚJO
SROC, LDA.

Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida
Ivo Marcelo Duarte Figueiredo Matos de Araújo

sede Rua Júlio Dinis 902, 1ºDto 4050-322 Porto +351 226 092 167 geral@vaa-sroc.com filial Urbanização Ar e Sol, 17, 1ºA 3020-205 Coimbra +351 239 493 458
Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda. Capital Social € 5.600,00 - Pessoa Coletiva e Matrícula n.º 501515771 Inscrita na OROC com o n.º 3 e na CMVM com o n.º 20161373

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim" (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2022 (que evidencia um total de 15.139.635,87 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.869.402,97 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 294.093,58 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de "Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim" em 31/12/2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

VINGA
ALMEIDA
& ARAÚJO
SROC, LDA.

Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida
Ivo Marcelo Duarte Figueiredo Matos de Araújo

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

sede Rua Júlio Dinis 902, 1ºDto 4050-322 Porto +351 226 092 167 geral@vaa-sroc.com **filial** Urbanização Ar e Sol, 17, 1ºA 3020-205 Coimbra +351 239 493 458
Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda. Capital Social € 5.600,00 - Pessoa Coletiva e Matrícula n.º 501515771 Inscrita na OROC com o n.º 3 e na CMVM com o n.º 20161373

VINGA
ALMEIDA
& ARAÚJO
SROC, LDA.

Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida
Ivo Marcelo Duarte Figueiredo Matos de Araújo

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 10 de março de 2023

Vinga, Almeida & Araújo, S.R.O.C, Lda (SROC nº 3 e CMVM n.º 20161373)
Representado por:
Ivo Matos de Araújo (ROC nº 1711 e CMVM n.º 20161321)

sede Rua Júlio Dinis 902, 1ºDto 4050-322 Porto +351 226 092 167 geral@vaa-sroc.com **filial** Urbanização Ar e Sol, 17, 1ºA 3020-205 Coimbra +351 239 493 458
Vinga, Almeida & Araújo, SROC, Lda. Capital Social € 5.600,00 - Pessoa Coletiva e Matrícula n.º 501515771 Inscrita na OROC com o n.º 3 e na CMVM com o n.º 20161373

RELATÓRIO E PARECER DO DEFINITÓRIO
PERÍODO DE 2022-01-01 A 2022-12-31

Caros Irmãos

Nos termos do nº.1 do artigo 31 do Compromisso, vem o Definitório da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Atividade e as Contas relativos ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2022, como segue:

1 - Ao longo do período em causa e especialmente a propósito do encerramento das contas, acompanhamos a gestão e as contas da Santa Casa, com a profundidade julgada adequada nas circunstâncias, sendo de destacar os seguintes procedimentos:

a No decorrer do período, acompanhamos com regularidade a gestão da Instituição, por via de indagações junto dos seus dirigentes e dos respetivos serviços administrativos, bem como pela análise da documentação, suporte das operações mais relevantes;

b Analisamos a evolução dos saldos das diversas rubricas da contabilidade, estabelecendo a sua comparação com a evolução verificada no período homólogo;

c Indagamos sobre a situação fiscal da Instituição.

2 - Com base nos factos que vieram ao nosso conhecimento, por via dos procedimentos anteriores, formamos a opinião de que:

a A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, pautou a sua ação pelo respeito pelos Estatutos e pelas deliberações da Assembleia Geral, no quadro do cumprimento da Lei;

b O Relatório de Gestão traduz, com um grau de detalhe aceitável, a evolução da atividade da Instituição nas diversas valências, a atividade social, a evolução que se perspetiva para a Instituição, bem como a explanação dos resultados obtidos no período e a proposta quanto à respetiva aplicação;

c As rubricas de ativo e passivo expressas no balanço, refletem variações associadas ao desenvolvimento da atividade da Instituição, que nos foram explicadas, sendo de salientar o seguinte:

- No activo corrente de destacar a rubrica:

-- "créditos a receber", que aumentou 13,5% face ao exercício anterior e mantém-se elevada (€ 632.955,24). Tais créditos são provenientes de obrigações contratuais referentes a serviços prestados na área de cuidados continuados e de Fisiatria, da responsabilidade da ARS e da Segurança Social, sendo público os atrasos do Estado, cada vez mais acentuados, na liquidação das suas dívidas; e

- No passivo é de salientar:

-- Passivo não corrente " Financiamentos obtidos" com um aumento de cerca de 24%, totalizando o montante de € 1.762.069,59, justifica-se pela necessidade de obtenção de um empréstimo a longo prazo de € 300.000 para obras no pensionato e requalificação energética dos edifícios;

-- Passivo corrente "outros passivos correntes" aumento de 67% . Tal acréscimo tem a sua origem, completamente justificável, no reinício das obras e com os valores de férias e subsídios a liquidar em 2023;

d) A demonstração de resultados por natureza, expressa, quanto à atividade da Santa Casa, a normalização de alguns valores na linha que vinha sendo seguida, sendo de referir o seguinte:

- Especificamente, quanto à atividade da Instituição, o resultado negativo apresentado não é preocupante, pois já se verificou uma recuperação acentuada no resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) e que indicia a obtenção de equilíbrio a partir do próximo ano, sendo de referir a gradual utilização da capacidade instalada provocou a recuperação nas receitas e, consequentemente, o aumento de alguns custos, sendo de realçar o seguinte:

- As receitas na sua globalidade, cresceram cerca de 11%, sendo de salientar o seguinte:

-- Crescimento na faturação da Fisioterapia em cerca de € 180.000;

-- Aumento das comparticipações do Estado nos Cuidados Continuados;

-- Utilização total da capacidade instalada no Pensionato.

- Os custos na sua globalidade aumentaram cerca de 8,9%, sendo de realçar a rubrica "Gastos com Pessoal" com um acréscimo de 5% fruto da atualização do salário mínimo e das progressões decorrentes da Lei, bem como o acentuado aumento do preço do Gás, por razões que todos conhecem, e que resultou num acréscimo de € 125.000 no respetivo custo.

e) O Relatório e as Contas apresentadas, cujo balanço expressa um total de ativo de € 15.139.635,87 e um total de fundos patrimoniais de € 10.869.402,97 (incluindo um resultado líquido negativo do período de € 294.093,58) satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade desenvolvida, bem como a situação da Santa Casa da Misericórdia.

PARECER

Como conclusão das notas acima expressas - o Definitório é de parecer que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório de Gestão e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, respeitante ao período de 1 de Janeiro de 2022 a 31 Dezembro de 2022, propondo-se um voto de louvor à Mesa Administrativa.

Póvoa de Varzim, 10 de Março 2023

O Definitório

João Gomes - Presidente

Maria Emília Macedo Oliveira – Vice-Presidente

José Alberto de Sousa e Silva - Secretário

Corpos Sociais para o quadriénio 2020/2023

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente *Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira*
Vice-Presidente *José Carlos Brandão Gomes*
Primeiro Secretário *Mateus Manuel Maio Ribeiro*
Segundo Secretário *José Antunes Santos Silva*
Suplentes *Abel Alcino da Silva Ferreira*
José Miguel Alves de Aguiar Quintas

DEFINITÓRIO

Presidente *João Pereira Gomes*
Vice-Presidente *Maria Emília Macedo Oliveira*
Secretária *José Alberto de Sousa e Silva*
Suplentes *Joaquim José Pereira Figueiredo*
Jorge Manuel de Guimarães Caimoto

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor *Virgílio Alfredo Tavares Ferreira*
Vice-Provedor *Pedro Manuel Arteiro Falé*
Secretário *José Manuel Lobo Martins*
Tesoureiro *Virgílio da Silva Fernandes*
Vogais *Mário José Leite*
António Fernando Maio Ribeiro
Óscar Aníbal Fernandes Ribeiro
Suplentes *António Manuel Gomes Carvalho*
Gaspar Rodrigues da Silva
Manuel Abel Milhazes Rigor
João Maria de Freitas Pereira

IRS SOLIDÁRIO
Pequenos gestos que fazem uma grande diferença

Nesta altura tão difícil para todos, ao preencher a sua declaração de IRS, pode ajudar a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, no apoio à população idosa e carenciada do concelho.
Preencha o **Quadro 11 da Declaração Modelo 3 do IRS**, indicando o NIPC: 500850208 e doando assim 0,5% do seu IRS a esta Instituição.

11 Consignação de 0,5% do IRS / Consignação do Beneficio de 15% do IVA Suportado

Entidades Beneficiárias

- 1101 ○ Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)
- 1101 ● Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)
- 1102 ○ Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho)
- 1103 ○ Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)

NIF **500850208**

● IRS
☐ IVA

Este gesto não tem qualquer custo para si, mas terá um grande significado para todos os que, diariamente, usufruem dos serviços desta Instituição.
Os utentes da Santa Casa da Misericórdia irão agradecer a sua generosa contribuição.